

Roque Sofio



Ata da reunião ordinária de Assembleia Municipal realizada a 27 de
fevereiro de 2015

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, realizou-se no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, convocada pela sua Presidente, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1º. Ponto – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para participar no XXII Congresso da ANMP;
- 2º. Ponto – Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. Sebastião da Giesteira e N.ª. Sra. da Boa Fé – Transportes Escolares
- 3º. Ponto – Proposta de recrutamento de 18 Assistentes Operacionais (Auxiliares de Serviços Gerais/Contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado) – Piscinas Municipais
- 4º. Ponto – Proposta de recrutamento de 7 Assistentes Operacionais (Nadadores Salvadores/Contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado) – Piscinas Municipais
- 5º. Ponto – Informação da Atividade da Câmara Municipal

Deu início à sessão a Sra. Presidente da Assembleia cumprimentando todos os presentes na sala.

De seguida, a mesa procedeu à chamada verificando-se a presença dos seguintes eleitos:

António Joaquim da Silva Danado, Alexandre Vinagre Pirata, António Luis Pinto Xavier, António Manuel Bernardo Fitas, Augusto Francisco Rebotim Pascoal, Beatriz Maria Varela Maltês da Visitação, Duarte Manuel Vicente da Luz, Guilherme Tomás Cebola de Almeida Franco, Joaquim Alberto Vidigal Galvão, Joaquim Isidoro Miguéns D'Abreu Bastos, José Maria Barroso Fernandes, Manuel António Coelho, Maria Helena Sabino Salvaterra, Orlando Manuel Beldroega, Paula Cristina Pinto Martins, Paulo Dinis Nabais Arrifes, Pedro Manuel Pinto Bento, Rui Fernando Benavente Páscoa, Sandra Cristina Esperança Matias, Sílvia Cristina Gomes Soares, Sónia Cristina dos Ramos, Susana do Carmo Cortiçadas Picanço, Telmo Filipe Marques Caldeira e Vitalina da Conceição Pavia Roque Pires Sofio e João António Abrantes Caldeira, em substituição do Sr. José Vicente Grulha, o qual não esteve presente nesta sessão, tendo justificado a sua ausência.

Estiveram ainda ausentes desta sessão a Sra. Celeste de Jesus Leirias, o Sr. Dário Miguel Tregreira Coelho e o Sr. José Carlos das Dores Zorrinho, sendo que todos os eleitos apresentaram as respetivas justificações.

Estiveram ainda presentes nesta reunião, a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Hortênsia Menino, as Sras. Vereadoras Susana Mendes e Palmira Catarro e os Srs. Vereadores João Marques, Henrique Lopes e Olímpio Galvão.

Foram seguidamente colocadas a votação as propostas de ata das sessões realizadas a vinte e oito de novembro de dois mil e catorze e vinte e três de janeiro de dois mil e quinze.

Relativamente à proposta de ata da sessão ordinária realizada no passado dia vinte e oito de novembro de dois mil e catorze, foram apresentadas propostas de alteração pelo eleito Sr. Duarte Luz e pelo eleito Sr. Rui Páscoa. Foi colocada a votação o referido documento, de acordo com as propostas de alteração, o qual foi aprovado por maioria com três abstenções.

No que respeita à proposta de ata da última sessão, esta foi aprovada por maioria, com a introdução das propostas de alteração solicitadas pela eleita Sra. Sónia Ramos, do eleito Sr. Manuel Coelho, do eleito Sr. Alexandre Pirata e do eleito Sr. Joaquim Bastos.

De seguida deu-se início ao período antes da ordem do dia.

Pediu a palavra o eleito Sr. António Xavier para apresentar uma recomendação à Câmara Municipal, a qual se transcreve de seguida.

“Considerando que:

Neste mundo cada vez mais global, é dever dos municípios defender o vastíssimo património que constitui a nossa cultura como Povo, como País, como um coletivo.

A tauromaquia portuguesa está cheia de momentos sublimes e páginas de História e Glória que nos ajudam a entender este espetáculo tão português.

Deve ser prestada uma sincera e justa homenagem ao Grupo de Forcados mais antigo do Alentejo, que é também um dos melhores grupos e de maior prestígio e historial no panorama taurino nacional e que, lembro, comemorou no passado ano de 2014, 75 anos de existência. A fundação do Grupo de Forcados Amadores de Montemor data, oficialmente, de 4 de Setembro de 1939, dia em que o grupo se apresentou pela primeira vez na praça de toiros da vila alentejana de Montemor-o-Novo. Sendo um concelho de grande afição tauromáquica, são inúmeros os relatos de atividades taurinas em Montemor, durante o século XIX e início do século XX, pelo que a formação de um grupo de forcados veio reforçar ainda mais essa vertente tauromáquica das gentes montemorenses.

Durante estes 75 anos de História, muitos têm sido os valorosos forcados deste grupo alentejano. Todos figuram no livro e na História do Grupo. Todos estes nomes fazem a História do Grupo de Montemor, consolidando o prestígio do grupo e transmitindo noções de companheirismo e de seriedade de que o grupo sempre foi portador, assim como o sentimento de “amor à jaqueta”, os valores de união, de Fé e de amizade, mostrando neste mundo moderno e acelerado como um grupo de forcados pode ser uma verdadeira família e uma fonte de tradições e nobres valores.

O Grupo de Forcados Amadores de Montemor é hoje um autêntico símbolo de Montemor-o-Novo, de todo o Alentejo e de toda a Forcadagem Nacional, sendo um verdadeiro embaixador de todo o concelho e das suas gentes, levantando e elevando

bem alto o nome de Montemor-o-Novo, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Entende o CDS-PP de Montemor-o-Novo ser justa uma homenagem que perdure no tempo e, assim;

Propõe que esta Assembleia, através de V. Exa., se digne aprovar uma recomendação à Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para que promova as diligências necessárias para que se atribua à Avenida/Rua/Praça/Largo....., de acordo com o disposto na alínea ss) do nº.1 do artº. 33º. da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, o seguinte topónimo:

Avenida/Rua/Praça/Largo do Grupo de Forcados Amadores de Montemor-o-Novo.”

De seguida pediu para intervir o eleito Sr. António Danado, cumprimentando os presentes na sala e afirmando que os eleitos pela CDU, subscrevem o documento apresentado pelo eleito do CDS/PP, devendo agora a Comissão de Toponímia em consonância com a Lei, apresentar proposta sobre qual o local a atribuir a referida toponímia. Ainda no uso da palavra, o mesmo eleito referiu que existem ainda outras Instituições centenárias na cidade, nomeadamente a Sociedade Carlista, a Sociedade Pedrista e o Grupo União Sport, que também mereciam uma apreciação, por parte da Comissão de Toponímia.

Ainda para falar sobre a proposta apresentada pediu a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos afirmando que também aprova esta recomendação e que o espaço a atribuir tenha a dignidade suficiente para honrar o Grupo de Forcados Amadores de Montemor-o-Novo e que não se limite a ser uma via secundária ou localizada na periferia da cidade.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito Sr. Joaquim Galvão, o qual referiu que também os eleitos do Partido Socialista aprovam a recomendação apresentada, pois este Grupo de Forcados tem levado o nome e o prestígio desta cidade, onde quer que vá. Muitos destes forcados são reconhecidos, tanto a nível nacional como internacional.

Ainda para falar do documento em discussão, pediu para intervir a Sra. Presidente da Câmara afirmando que uma proposta idêntica terá sido já enviada à Comissão de Toponímia. Assim e na sequência desta recomendação, que será oportunamente remetida à referida Comissão, será agendada a curto prazo uma reunião para análise da proposta.

De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Retomou o uso da palavra, o eleito Sr. António Xavier questionando a Câmara Municipal sobre qual o ponto de situação quanto à criação do Conselho Municipal da Juventude, sendo que a Câmara terá informado que faria parte da ordem de trabalhos desta sessão.

Em resposta à questão colocada pelo eleito, a Sra. Presidente da Câmara afirmou que o que tinha sido informado era que estava a ser preparada a proposta a apresentar no início do ano de dois mil e quinze, a qual ainda está a ser trabalhada pelo serviços e logo que possível será apresentada.

Ainda no período antes da ordem do dia, pediu para usar da palavra a eleita Sra. Sónia Ramos questionando a Câmara Municipal sobre qual a data prevista para a entrada em funcionamento do novo Centro de Saúde da cidade e para quando se prevê a abertura

do Centro Escolar. Questionou ainda, a mesma eleita, quais as obras ou projetos municipais previstos para candidatura ao novo Quadro Comunitário, qual o número de empreendedores ou empresários que se encontram a trabalhar no CAME e ainda quanto custou aos contribuintes a remodelação do site do Município.

Seguidamente a Sra. Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas. Relativamente à questão relacionada com o novo Centro de Saúde a informação transmitida informalmente à Câmara Municipal pelo Sr. Presidente da ARS, foi que nos próximos dias 23 e 24 de março, iriam ser transferidos os serviços para as novas instalações, no entanto desconhecemos se os mesmos entrarão de imediato em serviço, após as referidas datas. No entanto, a Câmara Municipal pretende apurar mais detalhadamente essa situação.

No que respeita à abertura do Centro Escolar, estão a ser realizados os trabalhos de conclusão, podendo previsivelmente estar concluídos entre abril e maio. Quanto à questão dos projetos municipais, os quais estão a ser pensados, mas, porque consideramos de grande importância, está, neste momento, a ser revista a carta estratégica, porque primeiro deverá ser definida uma estratégia e os seus instrumentos necessários e após procurar as fontes de financiamento, com vista à sua concretização.

A revisão da carta estratégica teve início no final do ano passado e ainda decorre, sendo que neste momento estamos essencialmente focados na preparação de intervenções com prioridade na reabilitação urbana, existindo também outras preocupações.

Ainda no uso da palavra, a Sra. Presidente da Câmara informou todos os presentes, que se encontram, neste momento, instalados no CAME oito promotores, tendo sido criados onze postos de trabalhos.

No que respeita à remodelação do site do Município, referiu que a mesma estava no âmbito dos serviços contratados com o Centro de Tecnologia Digital da Comunidade Intermunicipal, não se trata de um projeto único da Câmara Municipal, no entanto de momento não possui informação sobre os custos associados.

Pediu de novo para usar a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos, a qual referiu considerar bastante estranho que a Carta Estratégica esteja já a ser revista, uma vez que teve menos de 10% de execução, das obras projetadas.

Ainda no uso da palavra, a mesma eleita apresentou um voto de congratulação ao governo pela abertura de medidas de apoio aos jovens agricultores no PDR 2020, o qual se transcreve de seguida:

“O Governo, através do Ministério da Agricultura e do Mar, abriu na passada segunda-feira, 23 de fevereiro, a medida de apoio aos jovens agricultores no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR 2020), pouco mais de dois meses após a Comissão Europeia ter aprovado, em 12 de dezembro de 2014, o PDR.

Esta medida vai permitir aos jovens agriculturas, cada vez maior número, terem acesso aos fundos comunitários que vão contribuir para a sua instalação e desenvolvimento dos respetivos projetos, contrariando a tendência de envelhecimento e perda do tecido social e agrícola.

Considera-se ser esta uma medida fundamental para a alavancagem da economia rural, tão carecida de incentivos. A este respeito importa realçar que no anterior programa de desenvolvimento rural, PRODOR, a medida equivalente financiou projetos

de 9 mil jovens agricultores, cerca de 25% do total dos projetos, a que correspondeu cerca de 650 milhões de euros, num investimento global, com a componente privada, que ascendeu a 1,1 mil milhões de euros.

De registar que o Governo Português é o primeiro Estado em toda a União Europeia a introduzir esta medida, contrastando com o anterior Governo que manteve o PRODER fechado durante quase 3 anos, impedindo o investimento de muitos projetos agrícolas e contribuindo para o desmantelar de muitas explorações agrícolas e para o abandono das terras.

Sabendo-se da importância de agricultura e de toda a economia que gravita em torno do mundo rural, em especial no território do interior onde se situa o nosso concelho, o PSD vem propor à Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo a aprovação do presente Voto de Congratulação, manifestando-se satisfação pela abertura da medida de Apoio aos Jovens Agricultores e se exorte o Governo da república a abrir as restantes medidas do PDR 2020, almejando-se a mobilização de todo o setor agrícola, no papel fundamental que desempenha no desenvolvimento económico de Portugal.”

Pedi a palavra o eleito Sr. Alexandre Pirata afirmando que a tomada de medidas de apoio a jovens agricultores é sempre de saudar, no entanto o conjunto de apoios apresentados pela eleita do PSD, é o que mais discrimina os jovens agricultores da pequena e média agricultura. O valor do investimento mínimo é de 55 mil euros, o que só por si afasta a grande maioria dos jovens. Quanto ao apoio, este difere bastante do anterior quadro do PRODER, passando de 30 mil euros para 15 mil euros, o prémio base (para um investimento de 55 mil euros), aumentando o valor do apoio em função do valor investido.

Informou ainda que, no que respeita às bolsas de terras apenas estão disponíveis 9,3 hectares por exploração e 8 prédios rústicos no nosso distrito, totalizando 167, 35 hectares. Finalizou a sua intervenção afirmando que irá votar contra o documento.

De seguida interveio a eleita Sra. Sónia Ramos afirmando que estas medidas são estímulos ao empreendedorismo, no sentido de incentivar e manter o mundo agrícola. Seguidamente o documento foi colocado à votação pela Sra. Presidente da Assembleia Municipal tendo o mesmo sido recusado com dois votos a favor, oito abstenções e quinze votos contra.

Retomando o uso da palavra, a eleita Sra. Sónia Ramos apresentou uma congratulação pela nomeação de D. Manuel Clemente, como Cardeal, a qual se transcreve de seguida:

“O PSD representado na Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, pela sua eleita, congratula-se pela nomeação, como cardeal, de D. Manuel Clemente, nomeado Patriarca de Lisboa pelo Papa Francisco a 18 de maio de 2013.

D. Manuel Clemente será, de ora em diante, um dos cardeais eleitores a quem compete a escolha do Romano Pontífice, sendo que acima de tudo, será um conselheiro específico que pode ser consultado em determinados assuntos quando o Papa o desejar, pessoal ou colegialmente.

O 17.º patriarca de Lisboa foi o vencedor do Prémio Pessoa 2009, distinção que evocou a sua obra historiográfica, intervenção cívica e postura humanista de defesa do diálogo e da tolerância, de combate à exclusão e da intervenção social da Igreja.

Moço e Sofia

Manuel José Macário do Nascimento Clemente nasceu em Torres Vedras a 16 de julho de 1948; após concluir o curso secundário, frequentou a Faculdade de Letras de Lisboa onde se formou em História antes de entrar no Seminário Maior dos Olivais em 1973.

Em 1979 licenciou-se em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, doutorando-se em Teologia Histórica em 1992, com uma tese intitulada "Nas origens do apostolado contemporâneo em Portugal. A 'Sociedade Católica'" (1843-1853).

Ordenado padre em 29 de junho de 1979, o novo Cardeal foi coadjuvado das paróquias de Torres Vedras e Runa, formador e Reitor do Seminário dos Olivais e membro do Cabido da Sé de Lisboa.

D. Manuel Clemente foi nomeado bispo auxiliar de Lisboa por João Paulo II, a 6 de novembro de 1999; a ordenação episcopal teve lugar na igreja de Santa Maria de Belém (Jerónimos) no dia 22 de janeiro de 2000. Em 2007, Bento XVI nomeou-o Bispo do Porto.

Nestes termos, o PSD vem propor à Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo a aprovação do presente Voto de Congratulação, manifestando-se satisfação e júbilo pela nomeação como Cardeal de D. Manuel Clemente."

Pediu para intervir o eleito Sr. Presidente da Junta de freguesia da União de Freguesia de Nossa Senhora da Vial, Bispo e Silveiras, afirmando que na sua opinião D. Manuel Clemente, enquanto homem e pelo trabalho realizado nada tem a opor, enquanto Cardeal e uma vez que estamos num país laico, prefere não se pronunciar, assim sendo irá abster-se na votação do documento.

Ainda para falar sobre o documento em debate, pediu a palavra o eleito Sr. Augusto Pascoal enaltecendo as atitudes corajosas de D. Manuel Clemente, no período que antecedeu o vinte e cinco de Abril. Considera-o um homem de grande valor cultural e intelectual. Terminou a sua intervenção informando que votará favoravelmente o voto apresentado.

Retomou o uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia colocando a votação o documento, que foi aprovado com catorze votos a favor e onze abstenções.

Interveio de seguida a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Caborro questionando a Câmara Municipal sobre qual a previsão para início dos trabalhos de construção da Etar do Caborro.

Em resposta à questão colocada, a Sra. Presidente da Câmara Municipal informou que desde Maio de dois mil e treze que a operação em alta do sistema de saneamento da freguesia de Caborro, é da responsabilidade das Águas Públicas do Alentejo. Estava previsto que essa Etar fosse construída durante o ano de 2015. Disse ainda que foi definida como prioridade a construção da Etar de Lavre e que foram antecipados os trabalhos de construção da nova Etar da cidade. Quanto à Etar de Caborro, a Sra. Presidente da Câmara informou que irá questionar a empresa, na próxima reunião de trabalho, sobre uma data concreta e quais os trabalhos que pretendem efetuar, nomeadamente se já se encontram concluídos os estudos necessários.

Interveio de seguida, a eleita Sra. Beatriz da Visitação para apresentar uma saudação às mulheres, em nome dos eleitos da CDU, a qual se transcreve de seguida:

"O Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, comemora-se por todo o Mundo, e é um momento alto para afirmação das mulheres pela igualdade de direitos e oportunidades, pela solidariedade entre mulheres vítimas de violências e discriminações, pela Paz e progresso no Mundo;

Moção Sofia

Em 2015, persistem discriminações sobre as mulheres, agravadas pela crise social e económica. Muitas mulheres sofrem com trabalho precário, mal remunerado, com mais desemprego, com impossibilidade de acesso ao emprego para muitas mulheres jovens, com alta formação académica. Sofrem, com reformas muito baixas, com cortes e suspensões de prestações sociais, das quais, por vezes, dependem completamente.

Muitas vivem em situação de pobreza inaceitável e injustificável.

Muitas outras questões, sendo antigas mantêm-se lamentavelmente atuais.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo, reunida em 27 de fevereiro de 2015, Saúda todas as mulheres nesta data especial,

Convidando toas a refletir sobre o muito que há a fazer contra as desigualdades e contra as discriminações e o agravamento das injustiças sociais.

Exortando todas, a uma ativa participação cívica, na defesa dos seus direitos, por uma sociedade mais justa, mais fraterna, com igualdade de oportunidade entre mulheres e homens."

Acerca do documento apresentado, a eleita Sra. Sónia Ramos interveio afirmando que votará favoravelmente esta moção.

Foi seguidamente colocado à votação o referido documento, sendo aprovado por unanimidade.

Ainda no período antes da ordem do dia, pediu a palavra o eleito Sr. Guilherme Franco para apresentar uma moção sobre a descentralização de competências, a qual se transcreve de seguida:

"Considerando que:

É indiscutível que o nosso país necessita de uma rápida e refletida regionalização bem como uma descentralização do poder do Estado com objetivo de combater as assimetrias, bem como promover o desenvolvimento humano e o crescimento económico;

É referido no artº. 9º. da Constituição da República Portuguesa como tarefas fundamentais do Estado:

"b)Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático;

c) Defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais;

d)Promover o bem estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais;"

Com o Decreto-Lei nº.30/2015, de 12 de fevereiro o Estado não promove uma verdadeira descentralização de poderes mas sim uma desresponsabilização no cumprimento das suas obrigações na garantia de direitos fundamentais e constitucionais.

Como pode haver descentralização de competências quando os serviços de proximidade são encerrados tornando cada vez mais vazias as aldeias, vilas e cidades do nosso país? O governo transfere para as autarquias poderes, encargos, custos mas também insatisfações. Mais uma vez o governo não encontra uma solução para os verdadeiros problemas mas sim o caminho mais fácil. Os diferentes governos ao longo dos anos encerraram, concentraram e fundiram serviços na Administração Pública e

Moque Sofu

sempre adiaram as propostas para a concretização de um desígnio constitucional, a criação das regiões administrativas;

O Governo fala em descentralização, mas o que propõe não é a transferência de competências do Estado central para o quadro de competências próprio das autarquias, mas sim um modelo de contratualização. No presente Decreto-Lei o governo refere o direito de controlar a execução destas competências pelas autarquias, impondo uma tutela de mérito, num claro desrespeito pela sua autonomia e que não é acompanhada dos recursos necessários para o seu adequado desenvolvimento. Este processo de descentralização é uma nova fase no processo de reconfiguração do Estado em que se compromete a universalidade dos direitos sociais e se aprofunda o ataque às funções sociais do Estado e dos serviços públicos;

O Governo encontra-se no seu último ano de mandato, e por estarmos a falar de uma mudança estrutural e que necessita de continuidade, não se pode fazer a reforma de uma forma autista, sem ter em conta os contributos do Poder Local: é uma reforma realizada à revelia da Associação dos Municípios;

Portugal precisa de uma descentralização orientada por objetivos de progresso e aprofundamento da democracia, que modernize a organização administrativa e a adeque às exigências que as transformações sociais, económicas ou demográficas colocam à vida dos portugueses, garantindo os direitos dos cidadãos e resolvendo os seus problemas.

Uma descentralização que responda aos problemas atuais mas que projete também o futuro em função de objetivos de coesão social e territorial que garantam um País mais justo e solidário.

A Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo reunida no dia 27 de fevereiro de 2015, delibera manifestar:

O seu desacordo expresso face ao regime jurídico de delegação de competências para os Municípios nas áreas sociais aprovado no Conselho de Ministros de 15 de janeiro de 2015; e posteriormente publicado o Decreto-lei nº.30/2015 de 12 de fevereiro;

O seu repúdio face ao tratamento dispensado pelo Governo, ao longo de todo este processo legislativo, à ANMP e, conseqüentemente, aos Municípios portugueses e ao Poder Local Democrático;

Apelar ao congresso da ANMP, a realizar em 27 e 28 de março próximo, no diálogo institucional que lhe cumpre prosseguir, que rejeite liminarmente esta proposta de contratos inter-administrativos de delegação de competências e manifeste a disponibilidade para aprofundar a discussão duma verdadeira descentralização de competências conforme a CRP prevê."

Pediu a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos afirmando que votará contra a moção apresentada e que o encerramento dos serviços públicos ocorreu devido ao facto das aldeias perderem as suas populações e não o inverso. As pessoas saíram das suas terras, por vários motivos, mas não por falta de serviços públicos. Terminou a sua intervenção, lamentando a existência desta desertificação, com especial incidência no interior do país.

De seguida a Sra. Presidente deu a palavra ao eleito Sr. Rui Páscoa, o qual referiu não concordar com a intervenção da anterior eleita, pois na sua opinião as pessoas abandonam as suas aldeias precisamente porque são encerradas as escolas, os postos

Moque Sofia

médicos, os postos dos CTT, etc, o que leva os jovens a fixarem-se em locais onde possam ter esses serviços de proximidade.

Também o eleito Sr. Guilherme Franco pediu a palavra para afirmar a sua discordância com as palavras da eleita pelo PSD, referindo que é preciso lutar contra esta concentração no litoral e nas grandes cidades e tentar dinamizar as cidades de pequena e média dimensão.

Pediu para intervir, ainda sobre o tema em debate, o eleito Sr. Augusto Pascoal afirmando que esta desertificação que se verifica no interior do país se deve essencialmente a políticas erradas, ao longo de dezenas de anos, que financiaram o despovoamento através de medidas contra a agricultura. “ Houve demasiados apoios para não se produzir”, referiu ainda o mesmo eleito. Acrescentou ainda que o governo não consegue olhar para a educação de uma forma séria, as taxas de insucesso e abandono escolar são elevadíssimas, no entanto, não se dá importância à questão. Terminou a sua intervenção referindo que o governo não aposta na educação como um investimento, mas apenas como uma despesa.

Não havendo mais pedidos de uso da palavra, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e três votos favoráveis dos eleitos da CDU e do PS e dois votos contra dos eleitos do PSD e CDS/PP.

Interveio de seguida o eleito Sr. Manuel Coelho afirmando a sua discordância sobre o modo de tratamento para com os eleitos neste órgão, quanto ao seu grau académico, por parte da mesa da Assembleia.

Em resposta à intervenção do eleito pelo Partido Socialista, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal afirmou que sempre tratou todos os eleitos com o respeito que todos merecem e uma vez que não existe a figura de Deputado Municipal, deste modo o que for decidido por todos, assim será a forma de tratamento adotada.

Sobre o mesmo assunto, pediu a palavra o eleito Sr. Alexandre Pirata afirmando que na sua opinião, os eleitos deveriam ser tratados pelos seus nomes próprios.

Encerrado o período antes da ordem do dia, a Sra. Presidente da Assembleia deu início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos.

1º. Ponto – Eleição do Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para participar no XXII Congresso Nacional da ANMP.

A Sra. Presidente da Assembleia informou que este primeiro ponto foi proposto pela mesa e que se irá realizar nos próximos dias 27 e 28 de março o XXII Congresso Nacional da ANMP, pelo que deverão nesta sessão ser eleitos dois representantes para participarem.

Deliberação: Foram propostas duas listas, sendo denominadas de Lista A e Lista B. A Lista A foi apresentada pelos eleitos da CDU e propunha como representante efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Santiago do Escoural, Sr. Duarte Luz e como suplente o Presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão, Sr. Telmo Caldeira. A Lista B que foi apresentada pelos eleitos do Partido Socialista propunha como representante efetivo a Presidente da Junta de Freguesia de Ciborro, Sra. Helena Salvaterra e como suplente, a Presidente da Junta de Freguesia de Cabrela, Sra. Paula Martins. Após a votação, a Lista A obteve quinze votos favoráveis, a Lista B obteve oito votos favoráveis e houve dois votos em branco. Com base no método de Hondt, foi

eleito como representante efetivo o Sr. Duarte Luz e representante suplente a Sra. Helena Salvaterra.

2º. Ponto - Proposta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e a Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. Sebastião da Giesteira e N.ª. Sra. da Boa Fé – Transportes Escolares.

Relativamente a este segundo ponto, a Sra. Presidente da Câmara informou que à semelhança de outros Protocolos estabelecidos com as Juntas de Freguesia do Concelho, este visa formalizar o apoio dado à Junta de Freguesia da União de Freguesias de S. Sebastião da Giesteira e N.ª. Sra. da Boa Fé, para a realização de transportes escolares.

Não havendo pedidos de intervenção foi colocada a votação a referida proposta de Protocolo.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

3º. Ponto – Proposta de recrutamento de 18 Assistentes Operacionais (Auxiliares de Serviços Gerais/Contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado) – Piscinas Municipais

No que respeita a esta proposta, a Sra. Presidente da Câmara informou os presentes, que a mesma está relacionada com a contratação de 18 Auxiliares de Serviços Gerais, apenas durante o período de funcionamento das Piscinas Municipais Recreativas. A responsabilidade da aprovação é da Assembleia Municipal.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4º. Ponto – Proposta de recrutamento de 7 Assistentes Operacionais (Nadadores Salvadores/Contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado) – Piscinas Municipais

À semelhança da proposta anterior, também esta está relacionada com o recrutamento de Nadadores Salvadores, pelo período específico de funcionamento do referido espaço, disse a Sra. Presidente da Câmara.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

5º. Ponto – Informação da atividade da Câmara Municipal

A Sra. Presidente Câmara informou que no passado dia dois de fevereiro, foi publicada em Diário da República a nova organização de serviços municipais, a qual resultou de um processo de organização de serviços que teve o seu início em dois mil e catorze. Informou ainda que, na sequência da aprovação desse processo de organização de serviços, foram nomeados, em regime de substituição, quatro dirigentes. Para a Divisão de Administração Geral e Financeira foi nomeado o Dr. Joaquim Lourenço, para a Divisão de Ambiente, Ordenamento do Território e Urbanismo, o Arquiteto João Videira, para a Divisão de Apoio Operacional, Obras, Águas e Saneamento, foi nomeado o Engenheiro Acácio Peres e para a Divisão Sócio-Cultural, o Dr. Luis Ferreira. Finalizou a sua intervenção convidando todos os presentes, a participar nas comemorações do dia 8 de março.

A Sra. Presidente da Assembleia voltou a usar da palavra para questionar os eleitos se pretendiam colocar alguma questão, neste ponto da ordem de trabalhos.

Pediu a palavra a eleita Sra. Sónia Ramos para deixar uma recomendação à Câmara Municipal relacionada com documento enviado, sobre a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal. Considera que o mesmo deveria ser revisto, pois nos moldes atuais torna-se muito maçudo. Devia ser dado realce, apenas à informação mais relevante. De seguida foi dada a palavra ao público, não tendo havido qualquer intervenção. E não havendo mais assuntos a tratar, foi pela senhora Presidente da Assembleia Municipal encerrada a reunião eram vinte e duas horas e quarenta e seis minutos, tendo a Assembleia deliberado por unanimidade aprovar esta ata em minuta, ao abrigo do número três do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação.

E eu, Helena Bazilisa Rodrigues, Assistente Técnica, funcionária designada para o efeito, a redigi e subscrevo.

A Presidente da Assembleia Municipal



Vitalina Roque Sofio

A Assistente Técnica



Helena Bazilisa Rodrigues